

PUBLICAÇÃO: 09/11/2017



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Processos Psicológicos
Básicos
Pos-Graduação em Ciências do Comportamento

Metacontingências na Cidade de Campinas, SP: Adesão à Campanha da ONU de cidades resilientes

Marina Rocha Soares

Orientadora: Laércia Abreu Vasconcelos

Desastres são produzidos a partir da interação entre ameaças naturais com aspectos físicos e sociais, sendo passíveis de estudo por uma ciência do comportamento. A Análise do Comportamento, por meio do conceito de metacontingência, pode contribuir para a área de desastres, pois permite o planejamento e intervenção em práticas culturais, com alteração de comportamentos em larga escala. Em 2010, o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR) lançou uma campanha mundial para a construção de cidades **resilientes a desastres**, com a elaboração de um protocolo internacional para a atuação integrada de equipes multissetoriais. Neste trabalho, realizou-se uma pesquisa documental com o objetivo de analisar funcionalmente a implementação da Campanha “Construindo Cidades Resilientes – minha cidade está se preparando” em Campinas, São Paulo. A regulamentação da ONU e informações de bancos de dados oficiais do município entre os anos de 2011 e 2014 foram interpretadas a partir da Análise do Comportamento, com a identificação de metacontingências. Em Campinas há consistência entre o previsto e a descrição das implementações, com níveis de progresso na escala de autoavaliação LGSAT, com variação em uma escala de 4 e 5 pontos. Ademais, a partir dos dados obtidos, foram identificadas 15 metacontingências cuja interação resulta na redução de risco de desastres, com a diminuição de perdas humanas e materiais, um produto agregado (PA) primário comum a todos esses arranjos. O vasto quadro legislativo, que pode ser estímulo antecedente para contingências comportamentais entrelaçadas (CCEs) ou PAs, o apoio do prefeito, a informatização dos sistemas de comunicação e a programação de consequências individuais (e.g., isenção de impostos a uma empresa) e culturais (prêmios nacionais e internacionais) selecionadoras da ação articulada de muitos indivíduos são destaques na maioria dos xi entrelaçamentos identificados no município. O modelo disponibilizado por Campinas torna-se estímulo para outras ações a serem implementadas em outras cidades brasileiras.

FONTE: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24042/1/2017_MarinaRochaSoares.pdf



Financiamento climático desencadeado: uma aliança de organizações governamentais e não governamentais que promovem investimentos prioritários da comunidade para a adaptação ao clima

Este resumo resume o trabalho realizado por uma aliança de organizações governamentais e não governamentais para aumentar e canalizar o fluxo de financiamento internacional de adaptação climática a governos subnacionais e comunidades locais da África Oriental e Oriental. Os primeiros resultados demonstram os benefícios que a priorização e a orçamentação lideradas pela comunidade para a construção de **resiliência climática** podem levar a famílias de baixa renda. A breve descreve as oportunidades para consolidar as lições aprendidas, aumentar os esforços e abordar novos locais.

FONTE: <http://pubs.iied.org/pdfs/17440IIED.pdf>



A preparação para desastres oferece grandes ganhos para utilidades

Este brief de conhecimento descreve considerações importantes para a construção da **resiliência** de sistemas de energia elétrica para riscos naturais. A breve observa que o bom planejamento é fundamental para construir essa **resiliência**, recuperando melhor depois de um desastre ou substituindo equipamentos depreciados, obsoletos ou danificados com componentes resistentes ao perigo.

Outras considerações incluem alcançar o equilíbrio certo entre **resiliência** e custo de eletricidade, padronização de equipamentos e melhor gerenciamento de estoque, e formas de focar investimentos em infraestrutura **resiliente**.

FONTE: <http://documents.worldbank.org/curated/en/426771508915573282/pdf/120677-BRI-PUBLIC-24-10-2017-14-31-34-LWLJFinOKR.pdf>



Mercado exigirá que empresas calculem risco climático, diz especialista da Universidade de Yale

Todd Cort ressaltou o potencial da sustentabilidade para investimentos, uma vez que o mercado exigirá num futuro próximo que as empresas calculem, por exemplo, o risco climático de suas operações

As pessoas que falam de sustentabilidade não são as mesmas que falam de finanças. Foi assim que Todd Cort, professor da Escola de Administração de Yale, nos Estados Unidos, resumiu o desafio que a sustentabilidade corporativa encontra na tradução de seus valores aos investidores financeiros, durante palestra realizada na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, no fim de outubro (19).

O encontro, organizado pela Rede Brasil do Pacto Global, expôs um cenário que se torna cada vez mais comum no mercado mundial: apesar do crescimento dos setores de meio ambiente, sustentabilidade e governança, as empresas precisam adequar seus processos às novas e crescentes expectativas dos investidores.

De perfil analítico, fruto de sua ampla experiência em consultoria financeira, o acadêmico explicou que as formas atuais de mensuração e relato em sustentabilidade corporativa ainda não deixam claro para os investidores quais os fatores que, dentro dela, geram receita.

O especialista ressaltou que, em 2014, o segmento de sustentabilidade corporativa já movimentava 21,4 trilhões de dólares. Além disso, para que o mundo possa controlar a elevação da temperatura global em até dois graus Celsius, o mercado precisará investir, até 2030, 1 trilhão de dólares por ano em frentes ambientalmente responsáveis, sejam em infraestrutura, ações ou títulos verdes (“green bonds”).

A discussão apresentada por Cort — convidado a visitar o Brasil pela empresa norte-americana de índices de sustentabilidade ESG Compass — vem em momento importante. Os últimos relatórios da TCFD, força-tarefa global liderada pelo ex-prefeito de Nova Iorque Michael Bloomberg para encorajar empresários a divulgar voluntariamente dados sobre riscos ambientais, apontam que, no futuro próximo, o mercado exigirá que as empresas calculem o risco climático.

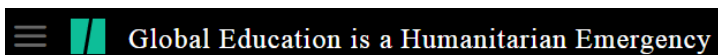
Segundo o professor, já existe um movimento do setor privado mundial para que os negócios sejam inovadores e se adaptem ao novo contexto. “Sinto que as empresas desejam ir além da comunicação de suas ações sustentáveis. É interessante perceber que no Brasil elas estão muito envolvidas com o relato corporativo voluntário, como é o caso daquelas que adotam a GRI (Global Reporting Initiative, ou relatórios de sustentabilidade)”, observou.

Cort lembrou que já no ano de 2010 as ações na bolsa de empresas que adotavam práticas ambientais e sociais tinham um desempenho 47% melhor em relação a empresas que não o faziam.

De acordo com ele, metas geradas por pactos como o Acordo de Paris para o clima e programas com o CEO Water Mandate — iniciativa público-privada criada pelo Pacto Global da ONU para preservação dos recursos hídricos —, além dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, são cada vez mais importantes.

“As empresas não devem só cumprir uma agenda empresarial sustentável, medindo e comunicando projetos, mas precisam avançar nela, promovendo inovações que desenvolvam um mercado mais sustentável e lucrativo, cuja consistência em dados e medidas atraia cada vez mais investidores”, afirmou.

FONTE: <http://www.pactoglobal.org.br/Artigo/325/'As-pessoas-que-falam-de-sustentabilidade-nao-sao-as-que-falam-de-financas>



Educação global é uma emergência humanitária

Susan Blaustein, Diretor Executivo da WomenStrong Internacional

"À medida que as Nações Unidas convoca a sua Assembleia Geral 72 em Nova York, a maioria das crianças americanas estão levando para casa primeiras atribuições e contas eufórico de professores coloridos, colegas e incidentes escola. Worldwide, porém, cerca de 264 milhões de crianças e jovens estão faltando essa aventura, como eles estão todos fora da escola -. deixando-nos 264 milhões de vidas tímido de alcançar o quarto **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (SDG4)**, educação de qualidade para todos aqueles, e em vôo de zonas de conflito crônicas - pense Síria, Iêmen, Sudão - são tidos para este número. Acrescente a isso as dezenas de milhares de crianças Rohingya expulsas de suas casas e país pelo governo de Mianmar, além dos milhares de deslocados por eventos relacionados com o clima extremos recentes, ampliando o número de pessoas a perder. ..."

FONTE: https://www.huffingtonpost.com/entry/global-education-is-a-humanitarian-emergency_us_59bfd132e4b06b71800c3b8d?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=b4b03f04c9-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-b4b03f04c9-25743853



Dois anos para baixo, 13 a ir - Check-in no nosso progresso em direção ao ODS

Setembro de 2017 marca de dois anos desde que os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** foram adotadas. Este importante aniversário é uma ocasião para todos nós para garantir que os ODS permanecem no topo da agenda global. É também uma oportunidade para aderir à campanha SDG da ONU em sua Dia de Ação global, que apela à sociedade civil, voluntários e cidadãos (# Act4SDGs).

FONTE: https://gemreportunesco.wordpress.com/2017/09/25/two-years-down-13-to-go-checking-in-on-our-progress-towards-the-sdgs/?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=b4b03f04c9-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-b4b03f04c9-25743853

Relatório de Monitoramento da Educação Global do ano passado (Relatório GEM)

FONTE: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002457/245752e.pdf>



Progresso e avaliação da Agenda 2030 depende do acesso a dados confiáveis e desagregados

No Brasil, processo de discussão e definição de indicadores é fortalecido com a participação de órgãos especializados.

Dados e indicadores confiáveis desagregados, de qualidade, acessíveis e atualizados serão necessários para ajudar na aferição do progresso e para garantir que ninguém seja deixada para trás. Essa afirmação está no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, aprovado por consenso pelos 193 países-membros da ONU, em setembro de 2015, na conferência que adotou a Agenda 2030 e os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Desde então, os países iniciaram o processo de discussão de indicadores e dados para o acompanhamento da implementação das **metas dos ODS**, como forma de medir o progresso social, o crescimento econômico e sustentabilidade ambiental, de forma integrada.

Anualmente, no dia 20 de outubro, a ONU celebra o Dia Mundial da Estatística. O Brasil já iniciou o processo de discussão sobre dados e indicadores para a Agenda 2030. Órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estão envolvidos diretamente nesse processo.

“Para obter dados confiáveis para a formulação de políticas para a Agenda 2030, os levantamentos estatísticos e geocientíficos e os registros administrativos devem ser produzidos em bases regulares, ser de acesso público e gratuito, cumprir um sistema padronizado de conceitos, adotar padrões de documentação e respeitar os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, estabelecidos pela Comissão de Estatística da ONU, em 1994”, diz a assessora do gabinete da presidência do IBGE, Denise Kronemberger.

Desde 2016, o IBGE preside a Comissão de Estatística da ONU. O órgão também participa do Grupo de Peritos Interagenciais sobre Indicadores dos ODS (IAEG-SDGs, na sigla em inglês), composto por 25 representantes dos institutos nacionais de estatística dos países-membros da organização, e inclui agências regionais e internacionais como observadores. O IBGE foi selecionado para representar os países do Mercosul e o Chile neste grupo.

No âmbito nacional, desde 2015 o tema é discutido com autoridades do governo federal. Grupos de trabalho interinstitucionais foram criados para cada um dos 17 ODS, envolvendo mais de 70 órgãos brasileiros em nível federal e organismos da ONU no país.

Na avaliação da diretora adjunta de Políticas Sociais do IPEA, Enid Rocha, o maior desafio para que o Brasil tenha uma base de indicadores para a avaliação e o monitoramento dos ODS é o fortalecimento dos Sistemas de Estatísticas Nacionais, o que requer estrutura e recursos para manter a periodicidade das pesquisas, sem problema de continuidade.

“Para além de fortalecer as estatísticas oficiais, existe um longo caminho a ser trilhado, no sentido de converter registros administrativos, produzidos por vários órgãos no âmbito federal, em informações úteis para a construção de indicadores de monitoramento dos ODS. Em geral, são estatísticas produzidas no entorno da implementação de programas e políticas como a da previdência social, do Cadastro Único, do seguro desemprego, do imposto de renda de pessoa física e jurídica, entre outras, que se trabalhadas são uma fonte riquíssima para a construção de indicadores e para complementar as estatísticas oficiais que são produzidas de forma mais espaçada”, diz Enid Rocha.

O PNUD, por meio de iniciativas conjuntas com órgãos do governo federal e estaduais, promove workshops e oficinas para facilitar a identificação de dados e indicadores para o acompanhamento da **Agenda 2030 e dos ODS**. “A produção e o uso de dados é cada vez mais central para o planejamento de políticas públicas e de outras iniciativas de aterrissagem da Agenda 2030. Sem dados confiáveis não se pode elaborar um bom diagnóstico, estabelecer uma linha de base, definir prioridades e metas e acompanhar a sua evolução. Dados são centrais e, além de confiáveis, precisam ser atuais, desagregados, inovadores e acessíveis”, explica a coordenadora do Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do PNUD, Andréa Bolzon.

Para saber mais sobre a Agenda 2030, acesse www.agenda2030.org.br

EVENTOS



ACNUR e governo brasileiro abrem consulta pública para avaliar compromissos sobre refúgio

Até 17 de novembro, **integrantes e organizações da sociedade civil poderão participar de uma consulta pública** realizada pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) do Brasil. O objetivo da iniciativa é recolher informações para avaliar a implementação pelo país dos compromissos regionais propostos pelo Plano de Ação Brasil.

Acordado pelos países da América Latina e Caribe em 2014, o documento definiu diretrizes comuns para lidar com os fluxos de deslocamento forçado pelos próximos dez anos. A consulta promovida pelo ACNUR e pela autoridade brasileira em refúgio será composta de várias etapas, incluindo três grupos de trabalho, cada um com um tema específico: GT1 – Apatridia; GT2 — Asilo de Qualidade e GT3 — Integração Local.

A partir de discussões entre os membros de cada grupo, será elaborado e aprovado o texto final sobre a consulta. O conteúdo será usado na concepção do relatório trienal sobre os avanços do Plano de Ação.

Para garantir ampla participação dos atores e entidades ligados ao refúgio no Brasil, a comissão organizadora irá também receber colaborações enviadas eletronicamente — através de formulário de consulta que está disponível até **17 de novembro de 2017**.

FONTE https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdTsncy01yTJKYLR7XSHBECv-Dw4vbJ_CHRG6uET_snge5nYQ/viewform

INEE

An international network for education in emergencies
Un réseau international pour l'éducation en situations d'urgence
Una red internacional para la educación en situaciones de emergencia
Uma rede internacional para a educação em situações de emergência
الشبكة العالمية لوكالات التعليم في حالات الطوارئ

Chamada para Manuscritos: Inovações em Educação Diplomacia

A questão março 2018 de *Educação Infantil: Inovações* incidirá exclusivamente sobre a Educação Diplomacia. Simplificando, Educação Diplomacia está usando habilidades da diplomacia para construir pontes que promovem a educação, transformando os sistemas de ensino, políticas, agendas, ou prática da educação.

O objetivo desta questão oportuna é apresentar abordagens Educação Diplomacia que inspiram educadores para construir pontes entre as divisões de educação e resolver os desafios da educação a nível local, nacional, regional e global. Esta edição especial de *Educação Infantil: Inovações* será a primeira publicação de seu tipo para compilar as práticas e modelos de abordagens diplomáticas no âmbito da Educação Diplomacia inovadoras. Manuscritos ideais definirão um desafio educacional particular, explicar o contexto, e destacar as pessoas, habilidades, estratégias, processos e interações necessárias para colmatar divide em direção a uma solução ou para avançar uma agenda de educação ou solução.

Prazo: submissões de artigos, devido 05 de janeiro de 2018

FONTE: https://gallery.mailchimp.com/e0701429c88113c3e86539b9d/files/a43b8615-e705-4dcf-aa3d-e8c9db39ab21/EducationDiplomacyCall.pdf?utm_source=Education+Diplomacy+Email+Sign-up&utm_campaign=4c7dd63775-EdDipCall_2017_09_12&utm_medium=email&utm_term=0_4e97787c24-4c7dd63775-278642505&utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=7750bed1be-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-7750bed1be-25743853

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>

